



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

Aos 4 dias do mês de novembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do Parecer sobre:

- Projeto de Lei n.º 640/XII/4.^a (PCP) - "Extingue o Arsenal do Alfeite, S. A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha";
Relator: Deputado Bruno Vitorino (PSD)
- Proposta de Resolução n.º 90/XII/4.^a - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio da Autoridade e Segurança Aquática, assinado na Cidade do Maputo, em 6 de julho de 2012";
Relator: Deputado António Braga (PS)
- Proposta de Resolução n.º 96/XII/4.^a - "Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa";
Relator: Deputado António Filipe (PCP)

2. Escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Um Novo Pacto para a Defesa Europeia Roteiro de implementação da Comunicação COM(2013)542: Para um setor da defesa e da segurança mais competitivo e eficiente - COM(2014)387;
Relator: Deputado Mário Simões (PSD)

3. Aprovação das atas n.º 178/XII/4.^a SL, 179/XII/4.^a SL e 180/XII/4.^a SL;

4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Deputado José de Matos Correia (PSD), deu início à reunião. Considerando a ausência do PCP, autor da iniciativa objeto do primeiro Parecer constante da ordem do dia, propôs que os Membros da CDN começassem por apreciar o ponto 3 da ordem do dia, as atas n.º



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

178, 179 e 180, registando, posteriormente, a sua aprovação por unanimidade, na ausência do BE.

De seguida propôs que o Senhor Deputado António Braga (PS) apresentasse o seu Parecer relativamente à Proposta de Resolução n.º 90/XII/4.^a, que "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio da Autoridade e Segurança Aquática, assinado na Cidade do Maputo, em 6 de julho de 2012".

O Senhor Deputado António Braga (PS) apresentou o mencionado Parecer.

O Senhor Presidente colocou o Parecer a debate, passando a palavra aos Senhores Deputados inscritos para efeitos de intervenção.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) considerou que o Parecer focava os pontos mais relevantes do Acordo em apreço, coincidentes com o debate realizado pela CDN na última reunião em relação ao Acordo de Cooperação celebrado com Moçambique no domínio da Defesa, e importante para o reforço das relações com Moçambique. Manifestou o seu apreço pelo Parecer, bem como o sentido de voto favorável por parte do seu grupo parlamentar.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) congratulou o autor do Parecer, salientando o facto, enunciado pelo Senhor Deputado Relator, de o Acordo ter dado entrada na Assembleia da República dois anos depois de ter sido assinado, situação que, considerou, ocorria mais vezes do que o desejável.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) saudou o Senhor Deputado Relator pela apresentação do Parecer, sublinhando a importância do Acordo, nomeadamente num momento em que muito se tem debatido acerca da cooperação de Portugal com outros países de língua portuguesa. Salientou o caráter exemplar e ininterrupto da cooperação no domínio da defesa e expressou votos para que a forma como este tipo de cooperação tem decorrido pudesse servir de farol para outras áreas, em que, no



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

contexto de um acordo de cooperação, ambas as Partes devem ter responsabilidades acrescidas.

O Senhor Deputado Relator agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas e sublinhou que a intensificação da cooperação entre Portugal e Moçambique se tem realizado de forma gradual e ágil, e excelente no que concerne os conteúdos e os meios envolvidos, podendo ter um importante efeito noutras áreas de cooperação, nomeadamente na área económica e, também, no contexto cultural.

O Senhor Presidente submeteu o Parecer à votação, registando a sua aprovação, por unanimidade, na ausência do BE. De seguida propôs que o Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) apresentasse o seu Parecer relativamente ao Projeto de Lei n.º 640/XII/4.^a (PCP), que "Extingue o Arsenal do Alfeite, S. A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha".

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) apresentou o mencionado Parecer.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) felicitou o Senhor Deputado Relator pela elaboração do Parecer e notou que a solução encontrada em 2009, que extinguiu o Arsenal do Alfeite e procedeu à sua transformação em sociedade anónima de capitais públicos, integrada na EMPORDEF, permitiu a abertura de perspectivas com novos contratos, pese embora, o facto de os resultados não terem sido positivos, o que, considerou, poderia por em causa a própria existência do Alfeite. Precisou, contudo, não estar certo de que a solução preconizada no projeto de lei em apreço, da iniciativa do PCP, fosse a melhor solução, mas considerou ser necessário refletir sobre o que fazer perante a atual situação do Alfeite.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) felicitou o Senhor Deputado Relator pela objetividade expressa no Parecer, anunciando o seu voto favorável em relação ao Parecer, uma vez que não expressa a opinião do Relator. Notou a existência de um



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

facto novo que ocorreu entre a apresentação de um projeto de lei do mesmo teor apresentado pelo PCP na sessão legislativa anterior e o ora apresentado e que se refere à decisão, por parte do Governo, de extinguir a EMPORDEF. Concluiu afirmando não ser concebível, do ponto de vista da defesa do interesse nacional, que o Estado seja para o Arsenal do Alfeite um cliente como outro qualquer.

O Senhor Deputado João Soares (PS) subscreveu as considerações expressas pelo Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) e notou que, de acordo com o que se encontrava subjacente à iniciativa apresentada pelo PCP no que respeitante aos resultados da “empresealização” no sector da defesa, exemplificado com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a questão das OGMA assumia maior relevo, tendo em conta o seu percurso antes e depois da parceria com a EMBRAER. Considerou necessária uma reflexão acerca desta questão e, inclusivamente, a possibilidade de se equacionar o regresso do Arsenal do Alfeite à Marinha. Por fim, manifestou interesse em aceder ao estudo encomendado pelo Governo ao Senhor Professor Augusto Mateus, solicitando à CDN que solicitasse formalmente ao Senhor Ministro da Defesa Nacional o envio do mencionado estudo. Considerou que a aquisição à Dinamarca de quatro navios de patrulha em segunda mão poderia tratar-se de uma boa solução, recordando, contudo, a necessidade de se articular esta decisão com as condições do Alfeite para o respetivo plano de manutenção e de solicitar informações adicionais ao Ministério da Defesa sobre esse assunto.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) solicitou que, aquando do pedido ao Ministério da Defesa, apresentado pela CDN, acerca do estudo encomendado ao Professor Augusto Mateus sobre o futuro do Alfeite, se deveria também solicitar o envio de informações referentes à interpretação do Governo sobre a titularidade dos terrenos do Alfeite.

O Senhor Presidente dirigiu-se aos Membros da Comissão, perguntando se viam algum inconveniente em que a CDN dirigisse essa solicitação ao Senhor Ministro da Defesa Nacional.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD), considerando que o Senhor Ministro da Defesa Nacional estaria presente na Assembleia da República na semana seguinte, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2015, sugeriu que a solicitação em apreço fosse dirigida diretamente ao Senhor Ministro.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) precisou que o propósito da sua intervenção foi o de propor que fosse a CDN a requerer o envio de informações referentes ao estudo encomendado ao Professor Augusto Mateus e à interpretação do Governo sobre a titularidade dos terrenos do Alfeite, mas que, se não fosse reunido consenso nesse sentido, o grupo parlamentar do PS o requereria.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) advertiu que o citado estudo poderia ainda não existir.

O Senhor Presidente, registando o acordo dos membros da CDN, informou que solicitaria ao Senhor Ministro a remessa do referido estudo, se concluído ou assim que estivesse concluído, bem como de informação adicional relativamente à questão da titularidade dos terrenos do Alfeite.

Retomando o debate acerca do Parecer apresentado sobre o Projeto de Lei n.º 640/XII/4.^a (PCP), que "Extingue o Arsenal do Alfeite, S. A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha", o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) considerou que a solução adotada em 2009, pelo então Ministro da Defesa Nacional, Professor Nuno Severiano Teixeira, teve mérito, pese embora os problemas decorrentes da sua implementação. Recordou que quando o PCP apresentou o projeto de lei em apreço, em julho, ainda o Governo não tinha aprovado a extinção da EMPORDEF, que aconteceu em agosto, considerando que o momento presente era o momento ideal para de proceder ao debate acerca desta questão. Realçou que a OGMA era uma empresa portuguesa, com sede em Portugal, cuja maioria dos trabalhadores eram portugueses, ainda que de capital maioritariamente brasileiro.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) concordou com a ideia de que este seria o momento para a realização deste debate, discordando, porém, com a avaliação



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

realizada pelo PS em relação à questão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. No que respeita à questão do Alfeite, salientou que o facto de o Governo ter encomendado o estudo ao Professor Augusto Mateus refletia que não tinha uma posição fechada e estava, por isso, aberto para o debate de várias soluções. Neste sentido, apelou ao debate entre todos com vista à resolução desta questão e ao contributo da CDN em relação a esta matéria.

O Senhor Vice-Presidente da CDN, Deputado João Rebelo (CDS-PP), que substituiu o Senhor Presidente na condução dos trabalhos, registou a aprovação do Parecer em apreço, por unanimidade, na ausência do BE. De seguida deu início ao debate acerca da Proposta de Resolução n.º 96/XII/4.^a, que "Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa".

O Senhor Deputado Relator, Deputado António Filipe (PCP) apresentou o Parecer.

O Senhor Presidente em exercício abriu o debate acerca do Parecer apresentado.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) felicitou o Senhor Deputado Relator, salientando a importância dos acordos de defesa que Portugal tem vindo celebrar.

O Senhor Deputado André Pardal (PSD) cumprimentou o Senhor Deputado Relator e notou a importância destas convenções e da sua implementação.

O Senhor Deputado Manuel Issac (CDS-PP) também felicitou o Senhor Deputado Relator pelo trabalho realizado.

O Senhor Presidente em exercício registou, por fim, a aprovação do Parecer em apreço, por unanimidade, na ausência do BE, inaugurando o ponto n.º 4 da ordem do dia, dedicado a "outros assuntos".

O Senhor Deputado João Soares (PS), ainda que considerando a audição agendada com o Senhor Ministro da Defesa Nacional, para o dia 10 de novembro, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2015, considerou que a



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

CDN deveria reunir com o Senhor Ministro, à porta fechada, para debater, em tempo útil, a questão da recente participação da força aérea e da marinha portuguesas em operações decorrentes dos compromissos assumidos no âmbito da OTAN.

O Senhor Presidente em exercício considerou que os assuntos mencionados poderiam ser abordados no debate sobre o Orçamento do Estado para 2015.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) recordou que na penúltima reunião, o PS solicitara que a CDN contactasse o Senhor Ministro da Defesa Nacional no sentido de informar a CDN se, e em que termos, Portugal participaria na coligação internacional de combate ao autointitulado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”, bem como acerca da evolução da situação decorrente do comportamento de uma potência vizinha da Europa, resultando, nomeadamente, na interceção de aviões militares russos no espaço aéreo internacional sob jurisdição portuguesa. Matérias que, considerou, mereciam um debate mais aprofundado em sede de CDN, renovando, assim, o pedido de informação, oralmente ou por escrito, expresso em reunião anterior da CDN, bem como a realização de um debate em ocasião próxima.

O Senhor Deputado André Pardal (PSD) considerou que as matérias enunciadas pelo anterior orador poderiam ser debatidas aquando da audição ao Senhor Ministro das Defesa Nacional, a realizar na semana seguinte, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2015, podendo, posteriormente, solicitar-se esclarecimentos adicionais, na forma que o Senhor Ministro melhor entendesse, notando que o PSD também partilhava das preocupações expressas pelo Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS).

O Senhor Deputado Manuel Isaac (CDS-PP) sugeriu que se a discussão sobre os temas mencionados não se fizesse na audição de dia 10 de novembro ou se as respostas às questões não fossem satisfatórias, a CDN deveria então organizar um debate sobre esses temas.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.^a SL

O Senhor Presidente em exercício encarregou-se de transmitir ao Senhor Presidente da CDN o sentido das intervenções realizadas e o consenso gerado em torno da necessidade de a CDN proceder ao debate das matérias enunciadas, e que, na sequência da audição de dia 10 de novembro, a CDN analisaria como proceder.

O Senhor Presidente em exercício encerrou a reunião às 16h15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de novembro de 2014.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal
António Braga
António Filipe
Arménio Santos
João Prata
João Rebelo
João Soares
José de Matos Correia
Marcos Perestrello
Mário Simões
Mónica Ferro
Nuno Sá Costa
António Prôa
Bruno Vitorino
José Junqueiro
Luís Vales
Manuel Isaac

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Gonçalves Pereira
José Lello
Laurentino Dias
Mariana Aiveca
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Correia de Jesus
Joaquim Ponte
Miranda Calha